



Índios da Região Sul ganham uma advogada

Lúcia Fernanda Inácio Belfort, 24 anos, é a primeira índia advogada da Região Sul e a terceira do Brasil. Lúcia, que recebeu ontem o registro profissional da OAB, nasceu em uma reserva caingangue em Água Santa. **Página 28**

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL

Documentação

Fonte: *Tempo Hora*

Data: *10/8/2002* Pg *42 e 28*

Class: *501*

QUESTÃO INDÍGENA Segundo a Funai, é o primeiro caso na Região Sul

Índia se torna advogada



JÚLIO CORDEIRO/ZH

Conquista: Fernanda, 24 anos, formada pela Unijuí, recebe da OAB a carteira que lhe permite atuar na profissão

RODRIGO CAVALHEIRO

A menina escolhida pela comunidade indígena para defender os direitos do seu povo é uma das mais novas advogadas do Rio Grande do Sul.

Ao receber ontem o registro profissional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS), Lucia Fernanda Inácio Belfort, 24 anos, transformou uma cerimônia tradicionalmente sisuda em manifesto pela causa indígena.

— Os índios perceberam que lutar com arco e flecha não resolve. Sacrifiquei meus interesses pessoais para brigar por eles — afirmou a advogada, que trocou o sonho de ser jornalista a pedido da família.

Conhecida entre os caingangues como Jófej — uma espécie de flor —, Fernanda teve a instrução custeada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) desde os primeiros estudos. A faculdade foi bancada pelo governo federal, mediante convênio entre Funai e a Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul

Lucia Fernanda Inácio Belfort, caingangue:

Os índios perceberam que lutar com arco e flecha não resolve.

(Unijuí), onde se formou em 2000.

A carteira profissional, recebida ontem em Porto Alegre, foi custeada pela Coordenação Geral de Defesa dos Direitos Indígenas (CGDDI), órgão da Funai segundo o qual há no Brasil seis advogados indígenas. Fernanda seria a terceira no país e a primeira da Região Sul.

Nascida em uma reserva caingangue em Água Santa, a índia foi orientada sobre a carreira a seguir pela mãe, moradora da reserva da Serrinha, município de Ronda Alta.

— Os advogados que nos defendem estão verdes, fora de contexto. Precisamos de alguém que conheça nossa cultura — argumentou, orgu-

lhosa, Andila Inácio, 45 anos.

Na opinião da mãe e dos demais índios presentes à cerimônia, uma das principais missões da caingangue será defender os interesses em conflitos de terras. Para isso, a pintura de guerra teve adaptações como batom vermelho, sombra e rímel, complementada por salto alto, saia brilhante e camisa azul em sintonia com brincos de pena.

— Só porque adquiri conhecimento dos brancos não sou menos índia. Quero mostrar que nós somos capazes e vou trabalhar para que os que estão na aldeia mantenham sua cultura — explicou, admitindo ter enfrentado preconceito.

Escolhida como madrinha da advogada, a presidente da Sociedade de Amigos da Amazônia Brasileira, Hilda Zimmermann, emocionou-se e quebrou o protocolo, discursando em defesa dos índios. Ao final da cerimônia, Fernanda recebeu na Rua da Praia os cumprimentos da prima, Marta da Silva Canheró, que há seis anos vende artesanato.

— Se tivéssemos mais gente como ela, eu não teria deixado minha aldeia — afirmou Marta.